

MUSEU JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)

Copyright © Dos Autores, 2023.

1º edição - 2023

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição on-line.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

M986 Museu Julio de Castilhos: histórias e perspectivas / Zita Rosane Possamai, Ana Celina Figueira da Silva, organizadoras; prefácio de Maria Margaret Lopes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.

653 p.: il. – (Coleção Artes da Memória)

ISBN: 978-85-7150-060-0

1. Museu Júlio de Castilhos. 2. Museu Júlio de Castilhos – História. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Memória. I. Possamai, Zita Rosane. II. Silva, Ana Celina Figueira da Silva. III. Lopes, Maria Margaret. IV Série.

CDU: 069.1(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

DOI: 10.29327/5385334

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme exige as regras do Qualis Livros da CAPES.

**COLEÇÃO
ARTES DA MEMÓRIA**

PROAP
Programa de Apoio à
Pós-Graduação



MUSEU

JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)


cirkula
2023

2

**SOB NOVA DIREÇÃO - GESTÃO ALCIDES MAYA:
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA NACIONAL E A PROPOSIÇÃO
DE UM MUSEU HISTÓRICO (1925-1939)**

Ana Celina Figueira da Silva

Introdução¹

Atualmente ninguém discute o caráter histórico do Museu Júlio de Castilhos (MJC). Basta uma visita às suas exposições e lá veremos a representação da história, principalmente sul-rio-grandense, sob diversos aspectos e personagens. Entretanto, nem sempre foi assim, ou seja, o MJC não surge como um Museu Histórico, mas como uma instituição de caráter enciclopédico, voltado às mais diversas áreas do conhecimento.

Durante a gestão de seu primeiro diretor, Francisco Rodolfo Simch, entre os anos 1903 e 1925, foram privilegiadas as coleções de Ciências Naturais, sendo praticamente abandonadas àquelas relacionadas à história. Entretanto, a partir de 1925, verifica-se um paulatino processo de transformação, no qual as coleções históricas passam a ser ampliadas e valorizadas, embora o Museu mantenha as suas coleções de Ciências Naturais. Tais coleções deixaram de pertencer ao MJC somente em 1954, quando, sob a direção do historiador e folclorista Dante de Laytano, as coleções científicas, artísticas, bibliográficas e arquivísticas foram desmembradas, dando origem a novas instituições públi-

¹ Texto a partir da tese “Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)” (SILVA, 2018), com orientação do professor Dr. Benito Bisso Schmidt e coorientação da professora Dra. Zita Rosane Possamai.

cas estaduais, ficando no Museu apenas o acervo considerado histórico. O ano de 1954 pode ser, portanto, percebido como o marco divisório entre o enciclopedismo e a especialização do MJC, que a partir dessa data voltou-se exclusivamente às questões históricas. Entendo esse momento como a culminância de um processo mais longo de transformação iniciado em anos anteriores. Dito em outras palavras, a definição da tipologia histórica do MJC é o resultado de uma lenta metamorfose iniciada em 1925, quando ocorreu uma série de mudanças administrativas e estruturais.

Dentre as mudanças administrativas tem-se a substituição de Francisco Simch pelo literato Alcides Maya na direção² e o desligamento do Museu do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras, ao qual pertencia, passando à tutela da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior³.

Internamente o Museu sofreu uma alteração em sua estrutura, passando a contar com três departamentos: de Administração, de História Natural e outro de História Nacional. Neste último, reuniam-se “acervos diferenciados: o de arquivo e o de museu, situação que perdurou até 1954” (SPINELLI, 2005, p. 53 *apud* ARCE, 2011, p. 63) e que será explicitado na sequência do texto.

Ao Departamento de História Nacional foi integrada à seção histórica do Arquivo Público, transferida para

2 Alcides Maya (1878-1944), nascido no município gaúcho de São Gabriel, foi jornalista, escritor e político. Foi o primeiro gaúcho a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 06 de setembro de 1913. Através do Decreto nº 3.473 de 15 de maio de 1925 Alcides Maya foi transferido da direção do Arquivo Público para o MJC, o qual dirigiu até sua aposentadoria em 24/03/1939.

3 Conforme o Decreto nº 3.827, de 13 de outubro de 1925. Nesse momento, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior era Protásio Alves, sendo Borges de Medeiros o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

a sede do Museu em outubro de 1925⁴. Além disso, o Departamento também passou a abrigar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)⁵. Essa proximidade entre o IHGRGS e o Arquivo seria, conforme Rodrigues (2002, p. 43), um dos elementos explicativos da guinada à história ocorrida no MJC a partir de 1925.

O Museu Júlio de Castilhos, desde sua criação, seguia a orientação naturalista e enciclopedista que caracterizava os museus etnográficos e científicos do Brasil na década de 10. Nas décadas de 20, porém devido em grande parte à atuação próxima das instituições com que partilhava seu espaço físico (Arquivo Histórico e Geográfico e IHGRGS), voltou-se para a pesquisa histórica.

No mesmo sentido, Nedel (2005) também aponta o fato do Arquivo e do IHGRGS passarem a atuar junto ao MJC como fator de transformação da perspectiva naturalista do Museu para o enfoque histórico, utilizando o termo “guinada” para demarcar este momento inicial em 1925: “É em 1925 que o museu dá essa primeira guinada. Dois fatos foram de fundamental importância para que isso ocorresse: primeiro, a incorporação da seção histórica do Arquivo Público e, em segundo lugar, a parceria com o instituto” (NEDEL, 2005, p. 100).

O objetivo deste texto não é realizar uma análise sobre a noção de documento e de História operado pelo MJC em parceria com o IHGRGS e com o Arquivo Histórico na gestão

4 A 2ª Seção do Arquivo Público (seção histórica) foi transferida com o respectivo pessoal para o MJC através do Decreto nº 3.528, de 13 de outubro de 1925. O MJC passou a ser chamado então, de *Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* nas correspondências oficiais

5 Referência sobre essa transferência foi localizada na Correspondência Recebida pelo MJC nº 3956 de 07 de novembro de 1925, enviada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior ao Diretor do Museu, autorizando o funcionamento do IHGRGS na “sala de trabalhos da Seção de História e geografia desse Museu” (AHRS, Museu Júlio de Castilhos, 1908-1922/1921-1930, Caixa 04).

de Alcides Maya entre os anos 1925 e 1939⁶, mas de evidenciar as mudanças estruturais ocorridas a partir do “plano de remodelação” proposto pelo novo diretor que resultariam no aumento dos documentos e coleções históricas no MJC.

A estrutura do MJC a partir de 1925: guinada à História

O Museu do Estado, à época de sua criação, apresentava um caráter enciclopédico com objetivos bastante amplos, como está expresso no seu primeiro Regulamento:

Artigo 1º - Compete ao Museu do Estado:

1º - Receber, classificar e guardar todos os produtos naturais do Rio Grande do Sul e de outras quaisquer proveniências.

2º - Colecionar todos os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico.

3º - Reunir todos os elementos que possam ser úteis ao estudo antropológico

dos habitantes primitivos não só do Rio Grande do Sul como do Brasil em geral.

4º - Reunir e classificar todos os vestígios paleontológicos que se acharem no Estado ou fora dele.

5º - Colecionar os produtos de ciências, indústrias e artes modernas.

6º - Colecionar documentos históricos de qualquer gênero.

7º - Estabelecer coleções filatélicas e numismáticas.

(RIO GRANDE DO SUL, 1903, p. 26)

Conforme esse mesmo Regulamento, as diferentes coleções deveriam ser organizadas em quatro seções:

Artigo 2º - Os artigos entregues ao Museu serão distribuídos pelas quatro seções seguintes:

1ª Seção de zoologia e botânica.

⁶ Sobre a concepção de documento e de História, bem como sobre os processos de seleção e formação das coleções do Departamento de História Nacional do MJC na gestão Maya, ver Silva (2018).

- 2ª Seção de mineralogia, geologia e paleontologia.
- 3ª Seção de antropologia e etnologia
- 4ª Seção de ciências, artes e documentos históricos.
(RIO GRANDE DO SUL, 1903, p. 27)

Podemos constatar uma desproporção entre as seções do Museu do Estado, já que o mesmo se estruturou em três divisões voltadas para as Ciências Naturais e apenas uma para a História, e, como aponta Possamai (2010, p. 12) ainda assim, não exclusivas. Cabe esclarecer que a 3ª Seção, de Antropologia e Etnologia, apresentava um viés biológico, sendo voltada para a Antropologia Física e não como é hoje entendida, no âmbito da área das Ciências Humanas, voltadas aos estudos culturais.

Como já informado, o primeiro diretor do Museu deu especial atenção à formação das coleções de Ciências Naturais em detrimento daquelas que constituíam a 4ª Seção, conforme evidenciam os relatórios anuais enviados à Secretaria de Obras Públicas no período de 1903 a 1925.

A partir das mudanças ocorridas em 1925, principalmente com a incorporação dos documentos históricos do Arquivo Público e o compartilhamento do espaço de trabalho com os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, os estudos históricos passam a ser privilegiados e, conseqüentemente, o aumento das coleções históricas do Museu, conforme aponta Nunes (2005, p. 278-279).

A partir de 1925, fim da gestão de Rodolfo Simch, com a volta dos documentos históricos do Arquivo Público e a criação do Instituto Histórico e Geográfico, 1920, o Museu recebe uma ativa e nova energia, pois se torna um centro que agrupa intelectuais da época, muitos deles, devotados aos estudos históricos. Tais fatos não são difíceis de perceber, operam sensíveis mudanças no perfil do acervo. Neste contexto, ressurgiu e cresce a quarta seção que, paulatinamente, passa a ter precedência sobre as demais.

A nova estrutura organizacional do MJC, proposta por Alcides Maya em 1925, demonstra essa maior preocupação com as coleções e documentos históricos.

Diversos ofícios e relatórios do período Maya referem o *plano de remodelação* do MJC, proposto pelo diretor. Destaco, nessa documentação, a correspondência encaminhada ao MJC em 26 de agosto de 1925 pelo Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, Protásio Alves (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1926-1927, fl.92-99), pois nela consta uma descrição detalhada da nova organização do Museu com as seções dos departamentos da instituição e o ofício nº 4628 de 29 de dezembro de 1925, em que o presidente do Estado aprova a proposta de remodelação do MJC (RIO GRANDE DO SUL, 1925, s/n).

A proposta aprovada resultaria no novo regulamento do Museu, no ano de 1925. Entretanto, cabe registrar, que este regulamento só teve seu Decreto publicado em 1943 (Decreto nº 790 de 15 de junho de 1943) quando o Museu estava sob o comando de seu terceiro diretor, Emílio Kemp⁷ e o Rio Grande do Sul era governado pelo interventor federal Osvaldo Cordeiro de Faria.

Em que pese, portanto, o fato de que durante os anos da gestão de Alcides Maya o MJC não tenha obtido a publicação do Decreto que registrava oficialmente seu regulamento, deve-se considerar que o trabalho realizado durante esse período foi pautado por tal documento, com o aval do governo. Isso porque, além da correspondência onde o Secretário do Interior e Exterior expressa a aprovação de Borges de Medeiros, deve-se considerar que o governo acompa-

7 Emílio Kemp, ex-diretor do Expediente da Secretaria da Educação e Saúde Pública e também ex-diretor da Imprensa Oficial, foi nomeado diretor do Museu Júlio de Castilhos pelo Decreto nº 7749 de 23/03/39. Manteve-se no cargo até 20 de outubro de 1950, quando foi substituído interinamente por Dante de Laytano. Cf. Ofício nº 73 de 11 de abril de 1939 (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1939, fl. 318).

nhava as atividades do MJC através de frequentes ofícios e relatórios anuais, e, portanto, tinha conhecimento das ações desenvolvidas na instituição, que seguiam as orientações do plano de remodelação apresentado pelo Diretor em 1925. Nesse sentido, torna-se importante apresentarmos o plano de Maya, não em totalidade, mas algumas partes: aquelas que nos ajudam a compreender as mudanças ambicionadas à instituição em sua organização.

O Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, aprovado por Borges de Medeiros em 1925, era composto por 65 artigos divididos em seis capítulos⁸, tratando da organização e funcionamento da instituição. O primeiro artigo traz a definição e finalidade do MJC:

Art.1º - O Museu e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, com a denominação particular de “Museu Julio de Castilhos”, é uma repartição pública subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, e tem por fim adquirir, estudar e catalogar ou colecionar sistematicamente todos os documentos concernentes à história e geografia e todos os espécimes das riquezas e curiosidades naturais, científicas e arqueológicas do Rio Grande do Sul, organizando as necessárias coleções, de estudo especial, referentes aos vários ramos da história natural (RIO GRANDE DO SUL, 1925, fl. 1).

O capítulo II do Regulamento trata da organização do MJC, que era constituída em três grandes departamentos:

Art. 3º - O Museu e Arquivo Histórico organizar-se-á em três grandes departamentos, a saber:

I – Administração

II– História Natural

III – História Nacional

§ único – Os segundo e o terceiro departamentos a que

8 Cap. I- Da Natureza e afins; Cap. II- Da Organização; Cap. III- Dos funcionários; Cap. IV- Da consulta de documentos e da visitação pública; Cap. V- Publicações do Museu e Arquivo Histórico; Cap. VI- Disposições Gerais (RIO GRANDE DO SUL, 1925).

se refere este artigo, posto que independentes entre si, ficarão subordinados ao primeiro. (RIO GRANDE DO SUL, 1925, fl. 4)

Ao Departamento de Administração cabia a superintendência geral do MJC, tratando de questões burocráticas de controle de funcionários e visitantes, compra de material e manutenção do prédio (limpeza e organização), bem como da prestação de contas junto à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior e autorização de aquisição de acervo. O que gostaríamos de destacar é que essa era a seção incumbida da edição da revista do Museu e do Arquivo Histórico, conforme consta no inciso VII do artigo 4º do regulamento, determinando que o Departamento de Administração deveria: “Incumbir-se da edição da revista do Museu, reunindo, para isso, os elementos ou contribuições atinentes a cada um dos respectivos departamentos” (RIO GRANDE DO SUL, 1925, fl. 5).

O segundo Departamento, dedicado às coleções de Ciências Naturais, tem sua finalidade definida no quinto artigo do Regulamento (RIO GRANDE DO SUL, 1925, fl. 6):

Art. 5º - A História Natural é o departamento do Museu que tem por fim o estudo e a exposição dos objetos e produtos naturais, segundo suas propriedades, caracteres, classes, ordens, famílias, gêneros, épocas ou períodos cronológicos e que pertencem com todas as suas subdivisões, bem como o estudo dos fenômenos relativos a esses mesmos seres, orgânicos e inorgânicos.

O Departamento de História Natural passaria a ser organizado em três grandes seções: Seção de Biologia; Seção de Mineralogia, Geologia e Paleontologia; e Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. As duas primeiras estavam divididas em subseções, como demonstra o quadro 1 elaborado a partir das informações constantes nos artigos 6º, 7º e 8º do Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 1925, fl. 6-7).

Quadro 1 - Organização do Departamento de História Natural do MJC – 1925.

Departamento de História Natural do MJC		
SEÇÃO	SUBSEÇÃO	CLASSES
I- BIOLOGIA	I- Zoologia	I- Mamiferologia II- Ornitologia III- Herpetologia IV Anfibiologia V- Ictiologia VI- Entomologia (a) Araquinologia (b) Mirmecologia VII- Malacologia VIII- Zoofitologia
	II- Botânica	I- Sementário II- Herbário III- Coleção Xilológica IV- Horto Botânico
III- MINE- RALOGIA, GEOLOGIA e PALEONTOLO- GIA	Geologia	a) Litologia b) Conchologia
	Paleontologia	a) Paleozoologia b) Paleobotânica
III- ANTRO- POLOGIA, ETNOLOGIA e ARQUEOLOGIA		

Fonte: Silva (2018, p. 77).

Nota-se que a Antropologia, Etnologia e Arqueologia (seção 3) eram áreas do conhecimento que continuavam associadas às Ciências Naturais, não possuindo ainda a perspectiva cultural que posteriormente adquiriram. Dedicavam-se ao estudo das raças no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul, conforme o regulamento definia: “Art. 8º- A seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, além de alcançar todos os temas referentes à matéria, em americanologia, abrangerá especialmente o exame das raças do Brasil e, particularmente do Rio Grande do Sul” (RIO GRANDE DO SUL, 1925, fl. 7).

Os assuntos históricos estariam a cargo do terceiro departamento do MJC, com seu fim e organização definidos nos artigos 9 e 10 do Regulamento:

Art. 9º - Terceiro Departamento - História Nacional - tem por fim colecionar, classificar, catalogar, guardar e expor todos os subsídios históricos, geográficos, artísticos literários e outros do Brasil e do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 1925, fl. 7).

Tendo em vista que esse Departamento de História Nacional se constituía na novidade trazida pelo plano de remodelação do MJC elaborado por Alcides Maya, julgo importante apresentar na íntegra o texto que regulamenta as suas atribuições:

Art. 11º - Compete ao terceiro Departamento:

I - Editar os trabalhos que, na sua especialidade, houver elaborado.

II - Organizar a biblioteca histórica, geográfica e científica do Museu.

III- Organizar coleções de mapoteca, de pinacoteca, de panóplia, de numismática e de filatelia.

IV- Fornecer cópias e certidões de documentos, livros, ou quaisquer papéis a seu cargo, que houverem sido requeridas.

V- Catalogar todos os documentos históricos, científicos, artísticos ou literários a seu cargo.

VI- Extractar toda documentação existente no arquivo histórico do Rio Grande do Sul, organizando quadros ou livros especiais para registro dos extratos.

VII- Registrar na carta modelar do Estado os dados que se forem adquirindo com caráter de certeza, principalmente os fornecidos pela Comissão Militar da Carta Geral da República.

VIII- Levantar os mapas e diagramas dos respectivos trabalhos.

(RIO GRANDE DO SUL, 1925, fl. 8)

As competências acima listadas reforçam as incumbências do MJC, trazidas no artigo segundo do mesmo Regulamento:

Art. 2º - Incumbe ao Museu e Arquivo Histórico:[...]

V- Organizar coleções rio-grandenses de numismática, filatelia, mapoteca, pinacoteca (inclusive estatuária) e panóplia.

VI- Organizar a indumentária, a coleção de artefatos, armas e utensílios dos indígenas, quer da América, ou do Brasil e, particularmente, do Rio Grande do Sul.

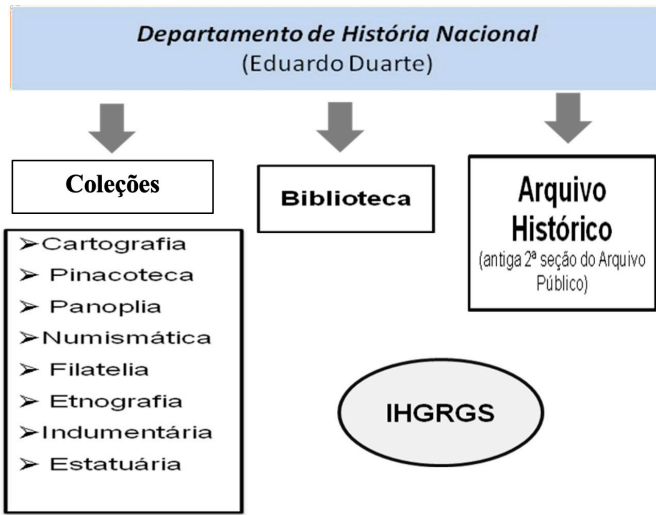
VII- Organizar o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

(RIO GRANDE DO SUL, 1925, fl. 1)

Os dois artigos transcritos nos permitem, claramente identificar as oito coleções que o Departamento de História Nacional do MJC deveria organizar: Cartografia; Pinacoteca; Panoplia; Numismática; Filatelia; Etnografia; Indumentária; Estatuária. Também estaria sob sua responsabilidade a Biblioteca e o Arquivo Histórico.

A figura 1 sistematiza a composição do terceiro Departamento do MJC, chefiado por Eduardo Duarte, e que abrigava em suas dependências, como já mencionado, o IHGRS.

Figura 1 – Organização do Departamento de História Nacional do MJC – 1925.



Fonte: Silva (2018, p. 79).

O Regulamento do MJC, em seu décimo artigo, estabelecia duas seções ao Departamento de História: uma *de estudo e redação* e outra de *exposição*. Infere-se que, na divisão das tarefas, à Biblioteca e ao Arquivo Histórico caberia estudar e redigir e às coleções de objetos caberia a exposição de suas peças; embora também possa ser considerada a possibilidade de exposição de documentos do Arquivo Histórico, como já havia ocorrido em 1924, quando, em comemoração ao centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, foi realizada pelo Arquivo Público uma exposição dos seus documentos relativos a essa efeméride⁹. De toda forma, tem-se, na composição do terceiro De-

⁹ Conforme ofícios enviados em 28 de agosto de 1928 pelo intendente de São Leopoldo a Eduardo Duarte e Borges de Medeiros. (RIO GRANDE DO SUL, 1908-1930).

partamento, a grande novidade trazida por Alcides Maya: a criação de um “Museu Histórico”, que reuniria objetos relacionados ao Rio Grande do Sul, associados às coleções indicadas no Regulamento, conforme relatado em 1929.

De acordo com o nosso programa (ampliação da antiga 2ª seção do Arquivo Público, no tocante a documentos históricos e **plano de um museu histórico, constituindo as duas seções do novo Departamento de História Nacional**), aprovado pelo governo em 24 de dezembro de 1925, a Diretoria tem se empenhado em reunir o maior número possível de objetos do Rio Grande.

(RIO GRANDE DO SUL, 1930, fl. 125. Grifo meu)

A documentação expressa claramente que um dos objetivos da instituição, a partir de 1925, seria a “reconstituição da história regional” (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1925-1926, fl. 236), através da reunião e organização de documentos e “toda e quaisquer peças que tenham relação com a história político-social do Rio Grande do Sul” (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1925-1926, fl. 132).

Portanto, com a permanência das coleções relativas às Ciências Naturais, agora reunidas no Departamento de História Natural, a alteração fundamental no MJC foi marcada pela criação do Departamento de História Nacional, indicando que a segunda gestão mudou o tratamento do acervo em relação à primeira, passando a ocupar-se também, e, em alguns momentos de forma preponderante, das coleções históricas, visando seu estudo e exposição.

Cabe destacar que foi empenhado grande esforço na gestão de Maya na recolha e organização do acervo histórico documental, junto ao Arquivo Histórico. Conforme relato de Emílio Kemp, esta era a única seção ativa do Museu quando ele assumiu a direção em 1939, as demais se encontrariam desorganizadas, com suas coleções sem classificação, mal acondicionadas e conservadas, devido

ao fato do MJC permanecer fechado ao público durante os 16 anos da administração de Maya.

Assumindo o cargo de diretor do Museu “Julio de Castilhos”, [...], encontrei, como é de conhecimento de Vex^a, esse Instituto fechado à visitação pública.

Em consequência dessa situação, as seções de História Natural e do Museu Histórico estavam completamente paralisadas, havendo, apenas, atividades na seção do Arquivo Histórico.

As seções de História Natural estavam em pleno abandono, algumas completamente em confusão, estando a de mineralogia amontoada no porão e com a sua antiga classificação, feita pelo extinto diretor do Museu dr. Rodolfo Simch, mineralogista de renome, perdida.

À coleção de numismática sucedia o mesmo. Por sua vez desorganizada em caixas e estas empilhadas também no porão.

As coleções que estavam em armários, encontravam-se em desordem, sua classificação regular e, por isso, faltando-lhes as devidas etiquetas com as legendas indispensáveis ao esclarecimento dos objetos expostos.

(MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1939, fl. 5).

Como hipótese explicativa para a maior organização do Arquivo Histórico no MJC em relação às demais coleções, pode-se indicar a aptidão ou o interesse do profissional responsável pelo Arquivo, tendo em vista que Eduardo Duarte já havia dirigido a 2^a Seção do Arquivo Público, a qual abrigava documentos históricos e geográficos e que foi transferido ao MJC em 1925, conforme mencionado. O próprio Kemp, na continuidade da descrição da situação do Museu em 1939, indica essa relação entre a maior organização do Arquivo Histórico e o fato de Eduardo Duarte ser historiador e o responsável por essa seção.

SEÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO

Era esta a única seção que funcionava regularmente, competindo-lhe a separação por ordem de assunto, de origem e cronologia, dos documentos históricos e da sua classificação, catalogação e guarda no arquivo.

Como é fácil de deduzir, um serviço paciente e cuidadoso, exigindo um preparo especializado em assuntos históricos.

Estava ele entregue a competente direção do Dr. Eduardo Duarte, historiador de renome, que lhe dedicara entranhado afeto, e que foi aposentado por Ato nº 1250 de 23 de junho do corrente ano.

Assim podemos apresentar trabalhos realizados em 1938 e que alcançaram a soma de 15,082 documentos compulsados, classificados e catalogados.

Este ano, até a data presente, atinge a 42,829 o número de documentos prontificados e, como os do ano transato colocados nas caixas competentes e recolhidos ao arquivo.

Esses documentos são constantemente procurados e compulsados, com especialidade por membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

(MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1939, fl. 5. Grifos do autor)

Chama a atenção o número de documentos organizados e recolhidos nas caixas do Arquivo Histórico no MJC, disponível aos pesquisadores, de quase 43 mil, demonstrando, em grande medida, o empenho da gestão de Alcides Maya em aumentar e organizar as coleções de documentos textuais herdadas da 2ª Seção do Arquivo Público. Entretanto, o número de peças integrantes das coleções do Departamento de História Nacional do MJC, excetuando o acervo do Arquivo Histórico, também era bastante considerável como demonstra o Quadro 2 elaborado a partir de dados constantes em ofício expedido em 04 de abril de 1939, no final da administração de Maya (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1939, fl. 329).

Quadro 2 – Coleções do MJC em 1939 – final gestão Alcides Maya.

Departamento de História Natural		
SEÇÃO	COLEÇÃO	Nº de PEÇAS
ZOOLOGIA	Ornitologia	190
	Entomologia	3000
	Coleópteros	150
	Ofídios	13
GEOLOGIA	Minérios	700
PALEONTOLOGIA	Fósseis	20
Total de Peças do Departamento		4.073
Departamento de História Nacional		
SEÇÃO	COLEÇÃO	Nº de PEÇAS
NUMISMÁTICA	Moedas	1000
FILATELIA	Selos	981
ETNOGRAFIA	Artefatos Indígenas	300
PINACOTECA HISTÓRICA	Quadros	90
INDUMENTÁRIA	Fardamentos	16
Total de Peças do Departamento		2.387
Total de Peças do MJC		6.460

Fonte: Silva (2018, p. 70).

Os dados refletem em termos quantitativos o trabalho da gestão Maya em relação ao enriquecimento das coleções históricas que, embora apresentasse menor número de peças do que as coleções do Departamento de História Natural, tiveram considerável crescimento quando comparada à antiga 4ª seção do MJC (*de Ciências, Artes e Documentos Históricos*) durante a gestão de Simch. Nesse sentido, Nedel (2005, p. 98) diz que antes de 1925,

Os processos de compra de acervo histórico eram os mais escassos, já que a maior parte das peças eram doadas pelo próprio governo. Assim a quarta seção – composta de máscaras mortuárias, sinetes, homenagens, coroas de flores em bronze, panfletos, bustos e retratos de republicanos – destinava-se basicamente ao armazenamento de presentes celebrativos recebidos ou produzidos pelo executivo estadual, sem que houvesse qualquer tratamento cronológico ou temático desses objetos em exposições. [...]. Na verdade, as atribuições de subsídio à pesquisa nesta área [História] pareciam vincular-se, dentro da partilha institucional do governo, mais à seção histórica do Arquivo Público – cujo regulamento desde 1909 já previa a edição de uma revista própria, dedicada à transcrição de documentos – do que ao museu [...].

Observa-se durante o período de 1925 a 1939 um investimento na formação das coleções históricas, que não serão adquiridas somente por doações de particulares ou do próprio governo, como mencionado por Nedel (2005), mas também compradas pelo MJC. A dotação orçamentária do Estado destinada ao Museu apresenta rubricas específicas para a aquisição de acervo das seções do Departamento de História Nacional, como podemos observar nos valores indicados para o exercício de 1929:

Tabela 13 (do corrente exercício – 1929)

VERBA

Publicação de Revista, catálogos, guias, circulares e etiqueta	30:000\$000
Aquisição de exemplares, artefatos, documentos, mapas, quadros, estátuas, coleção de selos e moedas.....	30:000\$000
Aquisição de Livros.....	2:000\$000
Galeria de retratos históricos do Rio Grande do Sul (período Colonial – 1º e 2º Império e República).....	15:000\$000
Laboratórios (seção de zoologia, mineralogia e botânica).....	12:000\$000

Seções científicas.....	5:000\$000
Despesas de Expediente.....	35:000\$000
Pagamento para os funcionários da Portaria...	10:000\$000
Aquisições de documentos atinentes ao período farroupilha.....	12:800\$000

(MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1929, fl. 171. Grifos meus)

Percebe-se a indicação de valor para a aquisição de artefatos, documentos, mapas, quadros, estátuas, selos e moedas e verba específica para galeria de retratos históricos, que formaria a Pinacoteca do MJC. Ou seja, o MJC passa a ter verba destinada à compra para formar as coleções das seções do Departamento de História Nacional, o que não é identificado antes de 1925.

Assim, mesmo que o Quadro 2 apresente maior número de itens no Departamento de História Natural, é importante ressaltar que essas coleções já eram bastante numerosas antes de 1925, e que isso não pode significar uma diminuição na compreensão do real aumento das coleções do Departamento de História Nacional no período em tela.

Considerações finais

O MJC, que até 1925 esteve voltado quase exclusivamente às Ciências Naturais, passou a operar com a representação do passado regional. Nessa empreitada, atuou conjuntamente com o IHGRGS e com o Arquivo Histórico, reunidos no Departamento de História Nacional do MJC, proposto por Alcides Maya em plano de remodelação do Museu aprovado ao final de 1925.

Sem ainda tornar-se um museu de tipologia exclusivamente histórica, já que manteve suas coleções de Ciências Naturais, organizadas no Departamento de História Natural, o MJC em sua segunda gestão, sofre uma

considerável mudança ao voltar-se ao aumento do acervo histórico, tanto de documentos textuais do Arquivo Histórico, quanto dos artefatos e imagens para as diversas seções criadas a partir de 1925, entre elas uma Pinacoteca Histórica. Assim, a História, que antes era quase totalmente ausente, passou a fazer parte, de forma bastante expressiva, do MJC.

Referências

ARCE, A. I. **Os verendos restos da sublime geração farroupi-
lha, que andei a recolher de entre o pó das idades: uma histó-
ria arquivística da Coleção Varela.** [Trabalho de Conclusão de
Curso]. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas
– 1925-1926.** Porto Alegre, 1926 [Arquivo Permanente - AP. 1.004].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas
– 1929.** Porto Alegre, 1929. [Arquivo Permanente - AP. 1.007].

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas
– 1939.** Porto Alegre, 1939 [Arquivo Permanente – AP. 1.014]

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências recebidas
– 1926-1927.** Porto Alegre, 1927 [Arquivo Permanente - AP. 2.004].

NEDEL, L. B. Breviário de um museu mutante. **Horizontes An-
tropológicos**, n. 23, pp. 87-112, 2005.

NUNES, N. M. O museu Julio de Castilhos e a construção da me-
mória. In: AXT, G. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano.**
Porto Alegre: Nova Prova, 2005. pp.275-279.

POSSAMAI, Z. “Lições de Coisas” no Museu: o método intuitivo
e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras
décadas do século XX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2010, São Luís. **Infância, Juven-
tude e Relações de Gênero na História da Educação.** São Luís:
Universidade Federal do Maranhão, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. Relatório
do Museu Júlio de Castilhos – 1903. **Arquivo Histórico do Rio
Grande do Sul**, Porto Alegre, 1903. [AHRS, OP.II].

RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. **Arquivo His-
tórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1908-1930. [AHRGS
– Caixa 04].

RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1925. [AHRGS – Caixa 10, maço 3].

RIO GRANDE DO SUL. Museu Júlio de Castilhos. Relatório do Museu Júlio de Castilhos - 1929. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1930. [AHRGS, SIE3-048].

RIO GRANDE DO SUL. Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1925. [AHRGS – Caixa 10, maço 4].

RODRIGUES, M. C. M. **A instituição da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/UFRGS – 1943 A 1950**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SILVA, A. C. F. **Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre, RS, 1925-1939)**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.